

## PREVIDÊNCIA

# Presidente aponta medidas que visam sustentabilidade do Issa

Recursos da área azul vão para o instituto de previdência, assim como 80% da arrecadação da nova loteria municipal

MARCOS VIEIRA

Novas medidas foram anunciadas visando a sustentabilidade financeira do Instituto de Seguridade Social dos Servidores de Anápolis (Issa). Segundo o presidente Eduardo Milke, recursos que serão repassados pela empresa concessionária das áreas azul e verde à administração municipal serão direcionados ao regime próprio de previdência.

Na última sexta-feira, 3, o prefeito interino Márcio Cândido (PSD) assinou decreto que regulamenta a lei que trata do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, a ser licitado em breve. Milke revela que o chefe do Executivo lhe informou que a parte do poder público municipal irá para o Issa. Da mesma forma serão as receitas oriundas da rodoviária.

Outra medida informada pelo presidente para monetização do Issa é a criação da loteria municipal, já aprovada pelos vereadores e em fase de implantação. “Ela vem para que a gente consiga ter uma sustentabilidade própria, desmamar da dependência do Tesouro municipal. O definido é que 80% da arrecadação da loteria vá para o Issa”, explica Milke.

O presidente do Issa afirma que não dá para descansar na questão previdenciária, que sente os efeitos das oscilações da economia e da própria realidade das finanças públicas, obrigando que novas medidas sejam tomadas.

Segundo ele, um plano de equacionamento permitiu, por exemplo, que o déficit previdenciário, que já foi de R\$ 7 bilhões



Eduardo Milke, presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores de Anápolis informa que medidas buscam saúde financeira do órgão

em 2016, fosse zerado em 2022, algo inédito na história do Issa. A medida consiste em repasses mensais ao instituto, suficientes para cobrir a folha com sobras. Neste ano a obrigação mensal estava na casa de R\$ 3,5 milhões, com previsão de aumento para R\$ 4,5 milhões em 2024.

Milke conta que um decreto, assinado na semana passada, suspendeu a obrigatoriedade desses repasses do plano de equacionamento. É mais uma medida de contenção de despesas da Prefeitura de Anápolis, já que a redução da alíquota de ICMS feita pelo governo federal

em 2022 gerou um efeito cascata de prejuízos para os cofres de todas as prefeituras brasileiras.

“O prefeito suspendeu os repasses do plano de equacionamento enquanto durar a dificuldade financeira. A previsão é que até o meio do ano que vem retorne à normalidade. Inclusi-

ve o que ficar em atraso, existe a previsão de leilões de áreas que irão também ser destinadas ao Issa para cobrir valores que não estão sendo repassados”, explica Eduardo Milke. Segundo ele, a medida não afeta em nada o pagamento das aposentadorias e pensões.

## Ano já começou com déficit de R\$ 500 milhões

O presidente do Issa diz que o Issa iniciou o ano com um déficit de R\$ 500 milhões, gerado a partir do aumento salarial dado aos servidores acima da inflação, na casa dos 18%. “Como colhemos os bônus também colhemos os ônus de sermos os primeiros a perceber as mudanças. Quando há alteração salarial acima da previsão, ela excede nossa previsão de cálculo atuarial”, explica.

Segundo ele, não há nada

contra aumentos salariais, sobretudo aqueles acima da inflação que representam, merecidamente, ganhos reais aos servidores, mas é preciso que a categoria tenha o entendimento que isso gera efeitos no Issa. Milke revela que foi por essa questão que ele chegou a sugerir uma lei de responsabilidade previdenciária, que iria lidar com essas questões, fazendo previsões.

“Não adianta gastar no cartão

de crédito agora, pensando que ele não vai vencer. Às vezes os sindicatos não gostaram da ideia e até fizeram um lobby para que a lei não fosse votada, mas isso é para garantir o futuro do próprio servidor. O prefeito está trabalhando para garantir a sustentabilidade financeira do Issa não só para agora, mas para os próximos 70 anos”, afirma Eduardo Milke.

Sobre as áreas doadas ao Issa, o presidente do instituto revela

que o melhor caminho é vendê-las e colocar dinheiro em caixa. Segundo ele, houve um momento no passado em que havia um entendimento de que a gestão de imóveis seria algo interessante para os regimes próprios de previdência, mas o exemplo do Distrito Federal quebrou esse paradigma.

Milke conta que no DF foi doado o Estádio Mané Garrincha ao instituto de previdência. O

espaço não tinha tantos eventos como o imaginado, o que acabou gerando um rombo financeiro de R\$ 100 milhões para o instituto dos servidores. “Chegamos à conclusão de que como não temos a expertise de administração de imóveis – embora fomos pioneiros em criar um fundo imobiliário – o ideal é dinheiro. Precisamos vender áreas e colocar dinheiro em caixa”, diz o presidente do Issa.

## Instituto herdou desordem de modelos antigos

Eduardo Milke afirma que a questão previdenciária, além de ser complexa, é recente no país, com um capítulo à parte para os regimes próprios, que começaram sob uma desordem herdada dos modelos antigos, que misturavam saúde, assistência social e previdência em um único pacote, com pouca capacidade contributiva.

Anápolis é exemplo disso. O Issa nasceu da Anaprev, herdan-

do segurados que não contribuíram para o cofre previdenciário. Segundo Milke, o déficit vem dessa época, chegando aos R\$ 7 bilhões. “A ciência atuarial faz o cálculo para os próximos 75 anos. Esse número significa que toda a arrecadação prevista, seja ela a contribuição dos servidores, seja patronal, era insuficiente em R\$ 7 bilhões para cobrir aposentadorias e pensões”, relata.

O presidente do Issa afirma que medidas do passado estavam em desacordo com a lei. A segregação de massas de 2012 era uma delas, pois segundo Milke aumentava o déficit previdenciário e criava uma classe de servidores em detrimento dos antigos. “Havia saúde financeira no fundo de quem entrou em 2012, mas prejudicava os anteriores e isso vai de encontro à solidariedade previdenciária.”

Outro ponto questionado pelo gestor é a afirmação de que concursos públicos trazem equilíbrio à previdência. “Isso não é uma verdade. Você não tem como prever quem vai passar no concurso. Se eu fizer um concurso, tenho quase 50 anos, vou contribuir pouco mais de 15 anos e vou receber pelo resto da vida. A questão da realização de concurso é relativa, não tem como prever a massa [que entrará

com o concurso]”, diz Milke.

Segundo o presidente do Issa, há um compromisso da gestão atual com os inativos e com a busca pela sustentabilidade do Issa. “Até porque seria uma irresponsabilidade o gestor não se preocupar com isso, já que se trata de uma garantia constitucional. Caso não haja recurso suficiente para pagar inativos, o ente é obrigado a pagar”, explica.